

FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 05 a 09 de abril, em Brasília.

RELAÇÕES CONTURBADAS, VACINAÇÃO & ORÇAMENTO

Enfrentamento à pandemia continua mantendo alta a tensão entre os Poderes. A decisão do ministro Kassio Nunes Marques (STF), de liberar atividades presenciais nas igrejas, gera embates na própria Corte, que pode reverter sua decisão. Além disso, a liminar contribui com os atritos entre Governo Federal – *contrário a medidas mais restritivas* – e governadores e prefeitos.

Na mesma linha, o Presidente Bolsonaro voltou a criticar governadores por aplicação de repasses federais. Nesse domingo (4), Bolsonaro compartilhou um vídeo que critica o governador de Pernambuco, Paulo Câmara (PSB), por não ter aplicado devidamente os recursos recebidos da União para o combate à pandemia. A nova manifestação do Presidente contribui para o acirramento da animosidade e continuidade das ações de forma descoordenada pelos atores políticos. Nesse contexto, o Comitê de Crise – *composto pelos Presidentes da República, do Senado e da Câmara* – pode se reunir pela segunda vez nesta semana e sinalizar que é uma esfera comprometida com a situação e não apenas um órgão burocrático.

Enquanto isso, o ritmo da vacinação evolui aquém da programação do Governo. O Brasil alcançou a marca de um milhão de doses aplicadas em 24 horas e alguns estados já iniciaram aplicação em servidores da segurança pública, mas número total de vacinados no país

não chegou a 10%. Nesse sentido, como tentativa de acelerar o processo de vacinação, a Câmara dos Deputados quer permitir que a iniciativa privada compre os imunizantes para aplicar em funcionários e seus familiares, sem a obrigatoriedade de doação ao SUS. Contudo, mesmo que seja aprovada pelo Congresso, escassez de doses no mercado dificultaria efetividade da medida.

Já no Governo, o Orçamento de 2021 segue em impasse e pode ocasionar mudanças. Nesta semana, a expectativa é de que o TCU publique um parecer criticando trechos da lei aprovada. O embate criado em torno do aumento das emendas parlamentares tem levado algumas lideranças partidárias a pressionar o Executivo para reduzir o poder do ministro Paulo Guedes (Economia), especialmente por meio da eventual recriação de alguns ministérios, como o do Planejamento e o da Indústria e Comércio Exterior, como forma de abrir mais espaço para partidos da base aliada. A decisão pelo veto ou sanção dos dispositivos mais polêmicos do Orçamento pode ser tomada nos próximos dias.

Em outra frente, o auxílio emergencial volta a ser pago. Após aprovação pelo Congresso em março, o auxílio para famílias mais vulneráveis será retomado nesta terça (6), em quatro parcelas mensais, com valores que variam entre R\$ 150 e R\$ 375, a depender do número de familiares do beneficiado. O Planalto espera que o retorno do benefício possa contribuir para melhorar a avaliação do Governo junto à população.

Destaques da Semana

Terça

- O [Senado Federal](#) realiza sessão onde pode votar o [PL 639/2021](#), que prorroga o prazo para a apresentação da Declaração de Imposto de Renda.

Quarta

- O [Plenário do STF](#) se reunirá para julgar a [ADI 5529](#), que trata da Lei de Propriedade Industrial.

Poder Executivo

Presidência da República

Agenda do Presidente – Jair Bolsonaro participou, nesta segunda (05), de reuniões com os ministros Onyx Lorenzoni (SGPR), Carlos Alberto Franco França (MRE), Tarcísio Freitas (MI). Além disso, reuniu-se com o subchefe de assuntos jurídicos, Pedro Cesar Sousa (SGPR). Ademais, participou da cerimônia de apresentação de cartas credenciais dos novos embaixadores. Na terça (06) o presidente participa da cerimônia de posse dos novos ministros: Flávia Arruda (SGPR), Carlos França (MRE), Anderson Torres (MJSP) e André Mendonça (AGU)

Agenda do Vice-Presidente – Hamilton Mourão reuniu-se, nesta segunda (05), com os deputados Renildo Calheiros (PCdoB/PE), Maria Perpétua de Almeida (PCdoB/AC) e a vice-governadora de Pernambuco, Luciana Santos (PcdoB/PE). Ademais, participou da cerimônia de inauguração da nova escola de inteligência militar do exército (EsIMEx).

ME

Ministério da Economia

Agenda do ministro – Paulo Guedes participou, nesta segunda (05), de reuniões com os secretários Waldery Rodrigues (SEFAZ), Roberto Fendt (SECINT) e Diogo Mac Cord (SEDDM). Além disso, participou de reunião com a chefe da assessoria especial de assuntos estratégicos, Daniella Marques (SAE/PR). Ademais, participou do evento virtual XP Investimentos - "XP Spring Meetings."

BACEN
Banco Central do Brasil

Agenda do presidente – Roberto Campos Neto reuniu-se, nesta segunda (05), com o Jane Fraser, CEO do Citigroup, por videoconferência. Ademais, reuniu-se com dirigentes de instituições financeiras de São Paulo, para tratar sobre temas estruturais e conjunturais do Sistema Financeiro Nacional, por videoconferência.

Balança Comercial – Para o saldo da balança comercial, a projeção em 2021 permaneceu em US\$ 55 bilhões de resultado positivo. Para o ano que vem, a estimativa dos especialistas do mercado avançou de US\$ 50,5 bilhões para US\$ 51 bilhões de superávit.

Boletim Focus – Para o IPCA, a inflação oficial do país, a expectativa do mercado para este ano ficou estável em 4,81%. Com isso, a previsão de inflação do mercado continua acima da meta central deste ano, de 3,75%. Para 2021, os economistas do mercado financeiro reduziram a estimativa para a alta do PIB de 3,18% para 3,17%. O mercado financeiro também manteve em 5% ao ano a previsão para a taxa básica de juros, a Selic, no fim de 2021. Com isso, o mercado segue prevendo alta dos juros no decorrer de 2021. A projeção para a taxa de câmbio no fim de 2021 subiu de R\$ 5,33 para R\$ 5,35.

BNDES
Banco Nacional do
Desenvolvimento

Agenda do presidente – Gustavo Montezano participou, nesta segunda (05), de reuniões: com interlocutores do Ministério de Minas e Energia (MME), União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA), organização social COMUNITAS, BTG Pactual e Agência Nacional de Águas (ANA).

Poder Legislativo

Câmara dos Deputados Plenário

Na **Câmara dos Deputados** está prevista a realização de reunião de líderes amanhã (6) às 9h30 para definição da pauta de deliberações da semana.

Senado Federal Plenário

O **Senado Federal** poderá votar, nesta terça (06), dentre outros, o [PL 639/2021](#), que prorroga o prazo para a apresentação da Declaração de Imposto de Renda referente ao exercício de 2021, ano-calendário de 2020.

Na quarta, o Plenário do Senado poderá deliberar o [PL 12/2021](#) que suspende a obrigação de o Brasil de cumprir as seções do Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio para combater a pandemia; e o [PL 1058/2021](#): dispõe sobre a prorrogação de medidas de estímulo ao crédito e à manutenção do emprego e da renda.

Na pauta da reunião de quinta (8) os destaques ficam por conta do [PL 939/2021](#), pautado para quinta-feira (8/4), que veda o reajuste anual de medicamentos durante Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional e da [PEC 4/2021](#), que prevê a imunidade tributária para vacinas humanas no prazo de cinco anos.

Temáticas em Pauta nas Comissões

CCTCI Comissão de Ciência, e Tecnologia, Comunicação e informática

A Comissão de Ciência, e Tecnologia, Comunicação e informática – CCTCI promove Reunião Deliberativa, nesta terça (06) às 09h30, sobre **“Funcionalidades, aspectos mercadológicos e de segurança cibernética”**. O seminário pretende analisar a implantação da tecnologia 5G no Brasil e propor estratégias normativas com vistas ao aperfeiçoamento da legislação relacionada aos serviços de telecomunicações.

CCTCI Comissão de Ciência, e Tecnologia, Comunicação e informática

A Comissão de Ciência, e Tecnologia, Comunicação e informática – CCTCI promove Reunião Extraordinária, nesta quarta (07) às 09h30, para apresentação do **“Plano de ação do MCTI para o ano de 2021”**.

Política

Nova Lei de Licitações é sancionada com vetos. O presidente Jair Bolsonaro sancionou com vetos a nova Lei de Licitações. A sanção foi publicada quinta-feira (1º) à noite em edição extraordinária do Diário Oficial da União. Um trecho que previa condições especiais em leilões que envolvam empréstimos de agência oficial de organismos internacionais foi vetado. O texto aprovado pelo Congresso previa que uma autoridade superior poderia autorizar as condições especiais na contratação mediante despacho, mas o Palácio do Planalto entendeu que a medida contraria o interesse público. Fonte: Agência Brasil

Bolsonaro recebe novo chanceler e novos embaixadores estrangeiros. O presidente Jair Bolsonaro recebeu na segunda-feira (5), às 10h, no Palácio do Planalto, o novo ministro das Relações Exteriores, Carlos Alberto Franco França. Das 10h30 às 12h, o presidente receberá as cartas credenciais dos novos embaixadores no país. Bolsonaro tem reunião às 15h30 com o ministro Onyx Lorenzoni, da Secretaria-Geral da Presidência da República. Na sequência, às 16h, o presidente conversa com o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, e, às 16h30, com o subchefe para Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral da Presidência, Pedro Cesar Sousa. Fonte: Congresso em Foco

Na mira do Centrão, Ricardo Salles agiu para se blindar no posto durante reforma ministerial. O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, sobreviveu à primeira reforma ministerial do presidente Jair Bolsonaro, e até mesmo adversários não veem chance de ele ser substituído no curto prazo. Ao contrário do ex-chanceler Ernesto Araújo, que não resistiu à ofensiva de parlamentares, Salles, diante da pressão do Centrão, agiu para se blindar no posto. Fugiu das polêmicas nas redes sociais, fortaleceu seu apoio no Congresso — sobretudo com a bancada ruralista — e tratou de se reaproximar de militares do governo. Na tentativa de reconstruir a imagem do Brasil no exterior, sinalizou ao governo dos Estados Unidos disposição de dialogar sobre a condução da política ambiental e tem realizado uma série de encontros com embaixadores. Fonte: O Globo

Congresso e Governo têm “acordo político” sobre Orçamento 2021, diz ministra. O Congresso Nacional e a área econômica do governo chegaram a um acordo sobre o Orçamento deste ano, segundo a ministra da Secretaria de Governo, Flávia Arruda (PL-DF). Ela disse no sábado (03) ao jornal O Globo que o “acordo político foi fechado”. No entanto, ela disse que o valor exato do corte ainda será definido. Ao longo deste sábado, houve conversas dos integrantes da equipe econômica com Flávia Arruda, os presidentes da Câmara e do Senado, Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e o relator do Orçamento, Márcio Bittar (MDB-AC). O presidente Jair Bolsonaro deixou para depois do feriado de Páscoa o desfecho do assunto. A data limite para aprovar ou vetar o documento é 22 de abril. Há alguns dias, Governo e Congresso discutem como cortar o Orçamento a fim de o governo não furar o teto de gastos. Desde que foi aprovado, em 25 de março, o texto do Orçamento 2021 vem sendo questionado pela equipe econômica do governo e outros setores. No dia 29, o IFI (Instituição Fiscal Independente, ligado ao Senado Federal), publicou um documento dizendo ser necessário cortar R\$ 31,9 bilhões para evitar furar o teto de gastos. Fonte: Poder 360

Equipe econômica defende que corte nas emendas ao Orçamento passe de R\$ 10 bi para R\$ 13 bi. Depois de o Congresso aceitar fazer um corte de R\$ 10 bilhões no valor extra das emendas parlamentares previsto no Orçamento, de R\$ 26 bilhões para R\$ 16 bilhões, a equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, fez uma contraproposta: que a redução seja um pouco maior, de R\$ 13 bilhões. Os R\$ 26 bilhões em emendas parlamentares são o foco de um impasse entre o governo federal e o Congresso envolvendo o Orçamento da União de 2021, aprovado em março pelo Congresso. Fonte: G1 Notícias

Judiciário

Confira a pauta da semana do STF. O Plenário do STF se reunirá na quarta-feira (07), às 14 horas para julgar a ADI 5529, que trata do artigo 40, parágrafo único, da Lei 9.279/96 (Lei de Propriedade Industrial), que dispõe sobre o prazo mínimo de vigência das patentes de invenção e de modelo de utilidade, contado da data de sua concessão; a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 357, cuja matéria são os art. 187 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966), e art. 29 da Lei de Execuções Fiscais (Lei nº 6.830/1980), sobre a ordem de preferência para recebimento de crédito tributário entre os entes federativos. Ademais, no dia 07 ainda serão julgados a ADI 4858, que questiona a Resolução 13/2012 do Senado Federal acerca da redução das alíquotas interestaduais de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre mercadorias importadas, e o Recurso Extraordinário 966177, o qual aborda a tipicidade das condutas de estabelecer e explorar jogos de azar, afastada pelo acórdão recorrido fundado nos preceitos da livre iniciativa e das liberdades fundamentais. Já na quinta-feira (08), o Plenário julgará o Recurso Extraordinário 659412, que trata da disputa sobre a incidência da contribuição para o PIS e Cofins sobre as receitas oriundas da locação de bens móveis; a Medida Cautelar na ADI 5690, a qual questiona a lei do Rio Grande do Sul que extingue a Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH) do estado e seu quadro de pessoal; ADI 4017 e ADI 4103, as ações questionam a constitucionalidade de artigos da Lei Seca que estabelecem a tolerância zero

para motoristas que forem flagrados sob o efeito de álcool e outras substâncias psicoativas na condução de veículos. Fonte: Portal STF

STF fixa tese sobre cobrança antecipada do ICMS. O Supremo Tribunal Federal (STF) estabeleceu que apenas por meio de lei os Estados podem exigir o pagamento do ICMS em momento anterior à ocorrência do fato que gera a tributação. Isso quando não há previsão do regime de substituição tributária na operação. Os ministros fixaram a tese jurídica, que deve ser aplicada a casos semelhantes, em julgamento realizado no Plenário Virtual e concluído no fim do mês passado. A Corte já havia negado, em agosto, o recurso do Estado do Rio Grande do Sul que instituiu a antecipação da exigência do ICMS por meio de quatro decretos estaduais editados entre 1999 e 2003 (nº 39.820/1999, nº 40.900 /2001, nº 41.885/2002 e nº 42.631/2003). Mas ficou pendente a fixação da tese que deve ser aplicada para outros casos que discutam a questão na Justiça. Empresas que adquirem mercadorias em outros Estados para revender ao consumidor final eram tributadas de forma antecipada. A cobrança do ICMS era feita no momento em que recebiam o produto (no ingresso em território gaúcho) e não na revenda dele, quando ocorre a troca de titularidade e circulação da mercadoria – que é o fato que gera a obrigação de recolher o ICMS. Fonte: Valor Econômico

Supremo começa a julgar o fim do voto de qualidade no Carf. O Supremo Tribunal Federal (STF) começou a analisar, na sexta-feira, a mudança legislativa que colocou fim ao voto de qualidade no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) — a última instância para o contribuinte discutir, de forma administrativa, cobranças feitas pela Receita Federal. O relator, ministro Marco Aurélio, abriu o julgamento com voto para declarar a alteração inconstitucional. Para ele, a matéria não poderia ter sido tratada em uma lei sem relação com o tema — prática conhecida como “jabuti”. Esse julgamento ocorre no Plenário Virtual e tem previsão para se encerrar no dia 12 de abril. O chamado voto de qualidade era aplicado, no Carf, quando os julgamentos terminavam em empate. Nesses casos, o voto do presidente da turma valia por dois. Advogados sempre reclamaram que, com essa fórmula, a tendência era a de que o contribuinte ficasse vencido. Isso porque apesar de o órgão ser paritário — composto por conselheiros representantes de contribuintes e por auditores fiscais — a presidência é sempre ocupada por alguém da Fazenda Nacional. Fonte: Valor Econômico

Economia

Governo faz semana de leilões com expectativa de retorno de R\$ 10 bi. O governo federal realiza entre os dias 7 e 9 deste mês uma série de leilões de aeroportos, portos e ferrovia. Chamada de Infra Week, a expectativa é arrecadar R\$ 10 bilhões em investimentos privados com as concessões. Estão na lista 22 aeroportos, a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), na Bahia, e cinco terminais portuários. O Ministério da Infraestrutura prevê a geração de mais de 200 mil empregos, de forma direta, indireta e efeito-renda, ao longo dos contratos de arrendamento e concessões. “No dia 7 de abril teremos o leilão de 22 aeroportos. É a mesma quantidade de todas as rodadas anteriores que já fizemos. De uma só vez. No dia 8 de abril a gente faz a Ferrovia de Integração Oeste-Leste. No dia 9, fazemos cinco terminais portuários”, explicou o ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas. Fonte: Agência Brasil

7ª Edição do Brasil Investment Forum 2021. A Apex promoverá, entre 31/05 e 01/06, a 7ª Edição do Brasil Investment Forum (BIF ou Fórum de Investimentos Brasil), as inscrições vão até o dia 28. O evento consolidou-se como o maior fórum de investimentos do Brasil e da América Latina e como plataforma de conexão de alto nível entre os setores público e privado. Assim como nas edições passadas, o Fórum de Investimentos Brasil 2021 será um espaço para a divulgação de oportunidades de investimentos em setores estratégicos da economia brasileira e de networking entre autoridades públicas e privadas. Ademais, o Fórum deste ano propiciará a discussão sobre como a crise relacionada à Covid-19 impactará os investimentos estrangeiros no Brasil e as respostas que o governo brasileiro está oferecendo para melhorar o ambiente de negócios no país.

Governo prevê gastar até R\$ 10 bi para bancar novo programa de redução de salários. O novo programa de redução de jornada e salário ou suspensão de contrato deve alcançar entre 3,8 milhões e 4 milhões de trabalhadores, segundo apurou o Estadão/Broadcast. Esse é o número máximo de acordos entre empresas e empregados que podem ser abarcados pelo valor estipulado para bancar a medida, que deve ficar em R\$ 9,8

bilhões. Os recursos pagarão o benefício emergencial (BEm), que compensa parte da perda salarial, e os custos operacionais do programa. As estimativas são maiores do que as iniciais porque o governo quer garantir cobertura e disponibilidade de recursos em caso de necessidade, uma vez que diversos prefeitos e governadores têm adotado medidas mais rígidas de distanciamento social. O setor de serviços é um dos mais afetados e tem assistido a um aumento de demissões nas últimas semanas, segundo representantes do segmento. Fonte: O Estado de S. Paulo

À espera de Guedes, dólar cai com notícias de acordo sobre Orçamento. O dólar caía na segunda-feira (05), com o real encabeçando os ganhos nos mercados globais de câmbio, em meio a informações de que o governo teria chegado a um acordo com o Congresso sobre o polêmico Orçamento aprovado pelo Legislativo, enquanto no exterior moedas de perfil semelhante ao real se valorizavam. Conforme uma fonte disse à Reuters, a área econômica do governo e os líderes do Congresso chegaram a um consenso sobre a necessidade de mudanças no Orçamento aprovado para 2021, e o acordo aponta revisão de premissas de gastos e redução à metade das emendas parlamentares. Fonte: Notícias Agrícolas

Decreto confirma nomeação de Fausto Ribeiro para presidência do BB. O presidente Jair Bolsonaro publicou decreto na quinta-feira nomeando Fausto de Andrade Ribeiro para a presidência do Banco do Brasil (BB). A indicação foi comunicada em Fato Relevante do BB enviada à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) na noite da quinta-feira. Ribeiro, de 53 anos, trabalha há 33 no banco e era, desde setembro, presidente da BB Consórcios. A nomeação do executivo se dá após um processo conturbado que culminou na renúncia, na quinta-feira, do presidente do conselho de administração do BB, Hélio Magalhães, e do conselheiro independente José Monforte - ambos indicados pela União. Estes e outros conselheiros também assinaram manifestação na qual diziam que Ribeiro não estaria preparado para assumir o cargo e deveria ganhar experiência em outras funções antes, conforme programa de formação de dirigentes do banco. Fonte: Valor Econômico

Disputa por verbas para obras públicas reacende pressão por saída de Guedes. A disputa por verbas para obras públicas reacendeu a pressão dentro do próprio governo e no bloco de partidos do centrão pela troca do ministro Paulo Guedes (Economia). Enquanto integrantes da articulação política pressionam por espaço no Orçamento deste ano, membros da equipe econômica afirmam que o respeito às regras fiscais, como o teto de gastos, é condição para que Guedes permaneça no cargo. No Palácio do Planalto, que centraliza as negociações sobre a proposta, ministros têm apoiado parlamentares, que tentam preservar recursos para obras. O argumento é que o presidente Jair Bolsonaro precisa fazer acenos ao Congresso para minimizar riscos de abertura de processo de impeachment. Assessores palacianos avaliam que, nessa queda de braço, Guedes tem perdido a disputa, sobretudo por estar do lado oposto ao do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), líder do centrão e responsável pela abertura de um eventual processo de impeachment. No Ministério da Economia, o diagnóstico é de que a proposta orçamentária ainda está em discussão e, por isso, ainda não é possível falar em derrota. Segundo eles, Bolsonaro não quer abrir margem para configuração de crime de responsabilidade e indicou que ouvirá a área econômica. Fonte: Valor Econômico

Ministério da Economia esvazia-se de liberais enquanto Pastas gastadoras se fortalecem. O fortalecimento dos ministros gastadores no governo federal é proporcional à debandada da equipe originalmente escolhida pelo ministro Paulo Guedes para fazer da Economia o bunker de resistência da âncora fiscal. Todos os governos assistem a uma disputa entre Congresso e Executivo, mas o governo Jair Bolsonaro foi além. Os parlamentares não apenas ganharam poder de execução orçamentária com o aumento da impositividade de suas emendas e das transferências diretas para os municípios, como também receberam postos avançados dentro do próprio Executivo com ministros comprometidos com a agenda do Congresso. Se esta agenda parlamentar no primeiro ano do governo era tocada prioritariamente pelo ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, mudanças pontuais feitas ao longo dos últimos meses, que culminaram com a reforma ministerial da semana passada, ampliaram a retaguarda do gasto no Executivo. Em dezembro tomou posse no Ministério do Turismo, Gilson Machado, o ex-presidente da Embratur que ficou conhecido como o sanfoneiro das lives do presidente da República. Fonte: Valor Econômico

Volume de crédito concedido a empresas tem alta de 13,2% no início de 2021, diz CNI. O volume de crédito concedido a empresas voltou a crescer de janeiro para fevereiro deste ano. Segundo levantamento da CNI (Confederação Nacional da Indústria), a alta foi de 13,2% nesse período, passando de R\$ 123,5 bilhões

para R\$ 139,7 bilhões do primeiro para o segundo mês de 2021. No mesmo período, a taxa média de juros caiu de 13,4% ao ano em janeiro para 12,2% ao ano em fevereiro. A taxa de inadimplência subiu para 2,26% em fevereiro após nove meses consecutivos de queda ou estabilidade. Fonte: Folha de S. Paulo

Área econômica já admite reflexo da pandemia na piora de indicadores. O Após comemorar indicadores positivos que refletiam o ensaio de uma retomada em “V”, o ministro da Economia, Paulo Guedes, deve passar a conviver com uma safra de resultados mais negativos devido ao recrudescimento da pandemia e a adoção de medidas mais restritivas de isolamento social no país. O próprio governo já admite a desaceleração em resultados como da arrecadação e do mercado formal de trabalho a partir de março. Para economistas, mesmo com o avanço da vacinação, o nível de incerteza seguirá alto nos próximos meses, o que poderá influenciar no ritmo da atividade no segundo semestre. Guedes vem defendendo a vacinação como a bala de prata para a retomada da economia. No final de março, o ministro afirmou que com o avanço da imunização em abril a mortalidade da covid-19 deve cair “vertiginosamente” no país, viabilizando o retorno seguro ao trabalho. Fonte: Valor Econômico

Desmatamento preocupa, e entrada do Brasil na OCDE pode demorar até 4 anos, diz economista. Para o Brasil entrar na OCDE, conhecido como clube dos países ricos, o mais importante é “ter uma atitude reformista”, diz o economista Álvaro Santos Pereira, ex-ministro da Economia e do Emprego de Portugal que atualmente dirige a área de estudo de países da organização. A entrada na organização é uma das principais bandeiras do ministro da Economia Paulo Guedes. Mesmo apoiando a adesão do país, Pereira alerta para alguns entraves, como o desmatamento. O português é o mais recente entrevistado da série Papel do Estado, do Um Brasil, uma iniciativa da Fecomércio de São Paulo em parceria com a Columbia Global Centers e com o Center on Global Economic Governance. “No Brasil, claramente temos a questão do desmatamento, que nos preocupa bastante”, afirma Pereira durante a entrevista. “Nossa principal preocupação nos próximos tempos vai ser como melhorar as nossas políticas econômicas para conseguir fazer um crescimento mais verde”. Fonte: Folha de S. Paulo

Proposta orçamentária destina 36% dos investimentos para o Nordeste. A Região Nordeste poderá receber mais de um terço do total de investimentos previstos na proposta orçamentária para 2021 (PLN 28/20). Os dados aparecem em parecer da Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso Nacional. Conforme os investimentos compilados pela CMO, foram reservados R\$ 7,440 bilhões para Região Nordeste, ou 36% do total. Esse dado inclui os recursos alocados na região e também nos estados e municípios que a compõem. Fonte: Agência Câmara

Apoio ao desenvolvimento regional poderá ganhar mais R\$ 11,2 bilhões. O programa “Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano” poderá ser um dos principais beneficiários na proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2021, segundo a Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso Nacional. Dados compilados pela CMO indicam que o estímulo a estados, Distrito Federal e municípios ganhou um extra de R\$ 11,2 bilhões em relação ao texto enviado pelo Poder Executivo em agosto. Saiu de R\$ 1,7 bilhão para R\$ 12,9 bilhões. Fonte: Agência Câmara

Soma das exportações e importações do Brasil cresce 20,6% nos três primeiros meses de 2021. A soma das exportações e importações (corrente de comércio) do Brasil cresceu 20,6% no primeiro trimestre de 2021, atingindo US\$ 109,62 bilhões, segundo dados divulgados na quinta-feira (1º) pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Economia (ME). As exportações cresceram 16,8% no acumulado do ano e somaram US\$ 55,63 bilhões, enquanto as importações subiram 24,8% e totalizaram US\$ 53,99 bilhões. No mês de março, as exportações cresceram 27,8% e somaram US\$ 24,5 bilhões, e as importações subiram 51,7% e totalizaram US\$ 23,02 bilhões. Assim, a balança comercial registrou superávit de US\$ 1,48 bilhão no mês, com queda de 63%, e a corrente de comércio aumentou 38,3%, alcançando US\$ 47,53 bilhões. Fonte: ASCOM Casa Civil

Apex-Brasil lança Relatório de Gestão com resultados de 2020. A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) apoiou, ao longo de 2020, 14.485 empresas brasileiras, um resultado 1,4% superior ao de 2019. Além disso, a Apex-Brasil realizou 71 eventos para investidores em setores como infraestrutura e energia e facilitação de 32 novos projetos de investimento no Brasil, que somaram US\$ 5,3 bilhões, com estimativa de geração de mais de 12,3 mil vagas de emprego. Esses foram alguns dos principais resultados de negócios da Agência ao longo do ano passado, que constam do Relatório

de Gestão 2020, documento que constitui a prestação de contas anual da Agência à sociedade e ao Tribunal de Contas da União (TCU). Fonte: Portal Apex Brasil

Covid-19

Fiocruz promete novo turno de produção e 1,2 milhão de vacinas por dia em abril. A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) vai abrir em abril mais um turno da linha de produção de vacinas contra Covid-19 na unidade de imunobiológicos de Biomanguinhos, elevando a capacidade diária de produção para 1,2 milhão de doses, afirmou o diretor da unidade, Maurício Zuma, em entrevista à Reuters. Até o momento, Biomanguinhos vem atuando com duas linhas para a produção da vacina desenvolvida pela Universidade de Oxford com o laboratório AstraZeneca, mas só uma delas com dois turnos. A segunda linha ganhará um segundo turno neste mês. Fonte: Notícias Agrícolas

Pressionado, Lira faz aceno a empresários. A iniciativa de Arthur Lira (PP-AL) de autorizar o setor privado a comprar vacinas contra a covid-19 sem a necessidade de doar as doses ao Programa Nacional de Imunização está sendo interpretada no Congresso como uma tentativa do presidente da Câmara de responder politicamente às pressões do setor privado. Em termos práticos, porém, a proposta, ao menos por ora, é vista com ceticismo: praticamente não há imunizantes disponíveis no mercado e os principais laboratórios têm preferido negociar diretamente com os governos. Fonte: O Estado de S. Paulo

Forças Armadas devem começar a vacinar população, diz Bolsonaro. O presidente Jair Bolsonaro disse sábado (3) que as Forças Armadas podem ajudar a aplicar vacinas contra covid-19 na população. “As Forças Armadas estão à disposição para começar também a vacinar, colaborar para vacinar. Praticamente todos os quartéis do Brasil têm esta condição”, disse Bolsonaro ao lado do ministro da Defesa, Walter Braga Netto, com quem visitou uma associação beneficente. Enquanto tomava de uma sopa que seria oferecida a pessoas em necessidade, Bolsonaro disse que o governo tem combatido a covid-19 com a vacinação, mas que “tudo tem limite”. Ele voltou a afirmar que não concorda com a política do “fecha tudo” no combate à pandemia. Fonte: Agência Brasil

Justiça autoriza empresa a comprar 6 mil doses de vacinas para funcionários. A Justiça Federal autorizou a refinaria Refit (antiga Manguinhos) a comprar 6.600 doses da vacina contra a covid-19 para imunizar seus funcionários e familiares. A empresa é do advogado e empresário Ricardo Magro, que disse ser a 1ª vez que uma empresa listada na B3 (Bolsa de Valores de São Paulo) consegue uma decisão favorável para a aquisição de vacinas. “Coloca o papel das empresas sobre vacinação como parte ativa dessa discussão, e não mais só para reclamarem, e sim para colaborarem com o governo federal nessa missão hercúlea”, afirmou o empresário. A decisão foi do juiz Ronaldo Valcir Spanholo, da 21ª Vara Federal do Distrito Federal. A empresa não terá que doar parte do estoque dos imunizantes ao SUS (Sistema Único de Saúde). O juiz classificou o processo de imunização contra o coronavírus como “exageradamente lento”, o que “acabou aniquilando completamente (até pelo desestímulo) a possibilidade de os colaboradores terem acesso imediato (ou no menor tempo possível) à única política capaz de reduzir os seus riscos em relação à covid-19: a imunização por meio das vacinas”. Fonte: Poder 360

Covax Facility: consórcio global de vacinas espera garantir imunização para mais de 100 países “nas próximas semanas”. O Covax Facility, consórcio global formado por entidades como a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a UNICEF/ONU para distribuição de vacinas contra Covid-19, anunciou no último domingo (4) que deve atingir a marca de 100 países beneficiados com imunizantes pelo consórcio dentro das próximas semanas. O Brasil é um dos países participantes. Mais de um milhão de doses da vacina desenvolvida pelo laboratório AstraZeneca e pela Universidade de Oxford chegaram no Brasil no último dia 21 de março, segundo o Covax Facility. Ao todo, mais de 9 milhões de doses devem vir ao país por meio do programa. Fonte: Infomoney

Senado discute imunidade tributária para vacinas e veto a reajuste de medicamentos. O Senado planeja votar nesta semana dois projetos que tratam de preços relacionados à pandemia de covid-19. Ambos estão previstos para serem analisados na sessão de quinta-feira (8). O primeiro prevê imunidade tributária para vacinas humanas no prazo de cinco anos e o segundo veda o reajuste anual de medicamentos enquanto

durarem as medidas de emergência em saúde pública. A ideia de uma imunidade tributária para vacinas foi sugerida pelo senador Otto Alencar (PSD-BA) por meio de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) e recebeu o apoio de diversos senadores. O projeto diz que "fica vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios", no prazo de cinco anos, "cobrar tributos sobre a produção, o armazenamento, a comercialização, o transporte e qualquer serviço relacionado à aplicação de vacinas para medicina humana." Fonte: Valor Econômico

Último Foco

Coalizão cobra da ANPD transparência na escolha do Conselho. Em manifesto divulgado na quinta-feira, 1º, a Coalizão Direitos na Rede (CDR) cobra da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), transparência na lista dos critérios utilizados para analisar as candidaturas apresentadas ao Conselho Nacional de Proteção de Dados (CNPd). A CDR também cobra a divulgação da lista tríplice de candidatos para as 23 vagas de titulares e 23 vagas de suplentes que será submetida ao crivo do Presidente da República. A rede, composta por diversas organizações que defendem direitos digitais, entende que é preciso o quanto antes dar publicidade a estes critérios e à lista. A intenção é que os diferentes setores que se colocaram à disposição para a composição do Conselho tenham conhecimento dos critérios empregados na avaliação e na escolha dos nomes que comporão a lista tríplice. Fonte: TeleTime

Nova lei de licitações prevê punição para um número maior de fraudes, dizem especialistas. A nova lei de licitações, sancionada com vetos na última quinta-feira (1º) pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido), estabelece uma gama maior de crimes do que os previstos nos antigos regulamentos e é dura ao penalizar o agente público. O texto, que já está em vigor, substitui a Lei Geral das Licitações (8.666/93), a Lei de Regime Diferenciado de Contratações Públicas (12.462/11) e a Lei do Pregão (10.520/02), que até última semana regulavam as compras do Estado. Agora, o novo texto inaugurou um capítulo inteiro no Código Penal. Entre outras tipificações, o capítulo pune fraude à licitação com pena de reclusão de quatro a oito anos e multa. A Lei Geral das Licitações, de 1993, punia ação correspondente com reclusão de dois a quatro anos, além de multa. Fonte: Folha de S. Paulo

Startups atraem investimentos de R\$ 11 bi. A crise parece passar longe das empresas de base tecnológica no país. No primeiro trimestre, as startups brasileiras atraíram um valor recorde de investimentos: R\$ 11 bilhões. De janeiro a março de 2020 foram investidos R\$ 3 bilhões. Os dados fazem parte do levantamento "Inside Venture Capital", feito pela Distrito Dataminer, divisão de dados da plataforma de inovação aberta Distrito. Os dados mostram que os investimentos de janeiro a março deste ano representam mais da metade (54%) dos R\$ 19,9 bilhões investidos em todo o ano de 2020. O amadurecimento de startups fundadas entre 2016 e 2017, e que buscam maiores aportes conforme crescem, é um dos motivadores do recorde de aportes no início do ano, diz Eduardo Fuentes, analista do Distrito Dataminer. Seguindo neste ritmo, segundo ele, a projeção de investimentos em startups é de R\$ 28,5 bilhões neste ano. A pandemia é outro catalisador das empresas de base tecnológica. "As startups nascem para resolver dores e complexidades do mercado e a pandemia escancarou várias dessas dores no país", diz Fuentes. Fonte: Valor Econômico

Japão e EUA vão cooperar em cadeia estratégia de componentes de tecnologia. Os governos dos EUA e do Japão irão cooperar para garantir uma cadeia de suprimentos para componentes de tecnologia estratégicos, como semicondutores, informa o Nikkei. Washington e Tóquio formarão um grupo de trabalho para determinar como será a divisão da cadeia entre eles, como pesquisa e desenvolvimento e produção. Eles esperam chegar a um acordo sobre o projeto quando o primeiro-ministro japonês, Yoshihide Suga, e o presidente dos EUA, Joe Biden, se reunirem em 16 de abril em Washington. Espera-se que os dois líderes confirmem a importância da criação de uma rede descentralizada de abastecimento. O objetivo é estabelecer um sistema no qual a produção não dependa de regiões específicas, como Taiwan, onde os riscos geopolíticos são altos, e a China, onde os conflitos com os EUA estão se aprofundando. Tanto o Japão quanto os EUA enfrentam o impacto de uma escassez global de semicondutores. No pacote de infraestrutura anunciado na quarta-feira, o governo Biden incluiu um subsídio de US\$ 50 bilhões para aumentar a produção de semicondutores nos EUA. Fonte: Valor Econômico

MEC apresenta a parlamentares ações da pasta em 2020 e iniciativas para 2021. Em audiência pública organizada pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, na quarta-feira (31), o ministro Milton Ribeiro apresentou aos parlamentares as principais ações do Ministério da Educação (MEC) em 2020 e as perspectivas para 2021. O investimento realizado no combate à Covid-19, o preparo das instituições de ensino para o período e a vacinação de professores foram amplamente debatidos e apresentados. Milton Ribeiro iniciou sua participação detalhando os principais programas do MEC. Ele reforçou a aplicação de recursos de quase 1 bilhão de reais realizado pela pasta como contraponto à pandemia. “Esse é o maior desafio das últimas décadas enfrentado pelo Brasil na educação. Ser ministro da Educação é algo complexo, mas o que estamos vivenciando com a pandemia, multiplicou minhas preocupações. Dedico todo nosso esforço para que a educação e os alunos sofram o menor impacto possível durante esta fase. O MEC possui hoje, um corpo de dirigentes comprometidos com políticas públicas de qualidade, composto por maioria absoluta de servidores de carreira”, ressalta o ministro. Fonte: ASCOM MEC

MEC foi omisso no ensino remoto e na volta às aulas na pandemia, diz Comissão da Câmara. Em um ano de pandemia, o Ministério da Educação (MEC) reduziu recursos tanto para o que ajudaria o ensino remoto quanto para preparar escolas para uma volta presencial. Relatório da comissão de deputados criada para acompanhar o trabalho do órgão, ao qual o Estadão teve acesso, mostra que o programa de conectividade do ministério teve menos da metade das verbas em 2020 do que tinha em 2019. E o programa de investimentos em infraestrutura das escolas, que precisavam de ajuda para reformar banheiros, salas de aula ou comprar álcool em gel, perdeu R\$ 1,6 bilhão. “É impressionante a negligência com a pandemia. Em um momento de crise geral, vamos perder dois anos de educação para os nossos estudantes”, diz o deputado federal Felipe Rigoni (PSB-ES), coordenador da Coalizão Parlamentar de Acompanhamento do MEC. Este é o terceiro relatório do grupo, que inclui ainda parlamentares como Tábata Amaral (PDT-SP), Luísa Canziani (PTB-PR) e Professor Israel Batista (PV-DF). “Não está tendo muita polêmica porque não é (ex-ministro Abraham) Weintraub, mas a incompetência é a mesma”, completa Rigoni. Fonte: O Estado de S. Paulo

Construir confiança é fundamental para qualquer acordo de proteção da Amazônia, dizem os EUA. Em vinte minutos de conversa com um pequeno grupo de jornalistas brasileiros esta semana, um funcionário do Departamento de Estado dos Estados Unidos repetiu três vezes que é preciso construir confiança com o Brasil como base para qualquer acordo de proteção à Amazônia. A Cúpula de Líderes sobre o Clima acontecerá em duas manhãs, no horário dos Estados Unidos, nos dias 22 e 23 de abril. Há 40 líderes convidados, como o presidente Jair Bolsonaro. O governo de Joe Biden quer impulsionar o financiamento climático e conseguir mais ambição nos cortes de emissão de gases-estufa dos países. No caso brasileiro, o objetivo americano é conseguir um “compromisso claro” que estabeleça como chegar ao desmatamento ilegal zero em 2030, com ações e resultados pelo caminho. A fonte, que pediu para manter o anonimato, diz que o desafio talvez demande “soluções novas e diferentes”. Tais respostas envolverão comunidades indígenas e tradicionais, tecnologia e mercado, além dos governos locais e a Academia. Os EUA estão atentos a estas vozes, assegurou. Fonte: Valor Econômico

Abrintel: é preciso modernizar leis municipais de antenas 'no atacado' para 5G. Existem hoje cerca de 70 mil torres suportando antenas celulares no Brasil. Ao longo dos quatro primeiros anos de implementação de redes 5G no País será necessário pelo menos dobrar esse número, chegando a 140 mil torres, com um investimento da ordem de R\$ 6 bilhões, estima o presidente da Abrintel, Luciano Stutz. Mas, para tanto, é preciso primeiro modernizar as leis municipais de antenas, que hoje restringem e dificultam a instalação das torres em muitas cidades brasileiras. Para fazer isso a tempo, Stutz recomenda que outros estados sigam o exemplo do Rio de Janeiro, que em dezembro do ano passado aprovou a lei estadual 3328/2020, que estimula a conectividade 5G e propõe um modelo de lei municipal para ser adotada nos 92 municípios fluminenses. “Dá tempo de atualizar as leis a tempo. Há várias formas de fazê-lo. Uma das melhores é a do Rio: no 'atacado'. Reunem-se todos os municípios e discute-se um texto único”, explica Stutz. “Outra forma é no 'varejo', batendo na porta de prefeitura em prefeitura, priorizando aquelas com mais restrições, e tentar convencer sobre a necessidade de se modernizar a legislação local”, descreve. Fonte: TeleTime

Satélites decidem este mês se vão à justiça contra o leilão do 5G. O Tribunal de Contas da União (TCU) realizará nos dias 9 e 10 de abril Seminário fechado para o qual foram convidadas as mais diferentes entidades do setor de telecomunicações da sociedade, Anatel e representantes do governo. Na pauta, o leilão do 5G e a proposta de edital aprovada pela agência em 25 de fevereiro. E diferentes segmentos econômicos que se

sentiram prejudicados pelas regras do leilão estarão apresentando as suas razões ao TCU. Entre eles, está o de satélites, que perderá 100 MHz da banda C para o 5G. Nesse quesito há duas posições distintas. De um lado, as operadoras, que querem ser ressarcidas pelo satélites que deixarão de ser usados; e de outro, entidades da sociedade civil que já pensam em ação civil pública contra uma decisão da Anatel tomada em 2019, mas que terá impactos econômicos na venda das frequências para o 5G. Fonte: TeleSintese

Programa já instalou mais de 13,2 mil pontos de internet no país. Nesta gestão, o Ministério das Comunicações (MCom), por meio do programa Wi-Fi Brasil, instalou um total de 13.247 pontos de internet via satélite, banda larga, gratuita e de alta velocidade por todo o país. Desse total, cerca de 80% estão instalados em municípios das regiões Norte e Nordeste. Até agora, já são mais de 8,5 milhões de brasileiros beneficiados com o projeto em quase 3 mil municípios. Entre os locais atendidos estão: escolas (mais de 9,7 mil pontos de conexão), unidades de saúde (cerca de 600 pontos), assentamentos rurais (155 pontos), comunidades indígenas (430 pontos), telecentros (635 pontos). Além desses, estão contemplados também unidades de segurança, comunidades quilombolas, postos de fronteira e outros espaços públicos. Fonte: ASCOM Governo do Brasil

Publicação do edital do 5G pode ficar para agosto, diz Anatel. A Anatel considera que a publicação do edital do leilão de 5G pode acontecer somente em agosto, levando em conta que o processo de escrutínio do Tribunal de Contas da União (TCU) possa levar 90 dias, além do prazo para eventuais adequações quando o texto voltar à agência. Contudo, embora o presidente Leonardo Euler tenha estimado um prazo conservador para a liberação do documento, ele manteve a previsão de que o compromisso de iniciar a operação do 5G em 31 de julho de 2022 nas capitais e Distrito Federal. O plano de negócios do leilão foi encaminhado no último dia 19 de março, e agora Euler espera que o Tribunal realize a análise em um prazo maior do que o Ministério das Comunicações tem estimado. "O TCU tem 90 dias para se pronunciar a respeito, mas há um senso de premência do Tribunal em relação à importância do assunto", declarou o presidente da Anatel em entrevista no programa Poder em Foco, do SBT, no domingo, 4. O ministro Fábio Faria tem dito que o TCU analisaria o caso em de 60 dias. Fonte: Teletime

Projetos que propõem mudanças na lei do SeAC podem voltar a tramitar. Em 2019, a mudança em pontos-chaves na lei do Serviço de Acesso Condicionado (Lei 12.854/2011, ou Lei do SeAC), que rege o mercado de TV por assinatura, figurou como um dos principais debates no Legislativo brasileiro. Em um curto espaço de tempo, cerca de 10 propostas apareceram, tendo como foco o fim das restrições propriedade cruzada, a regulação dos serviços de streaming, e a equiparação entre serviços de streaming e serviços de TV paga. Com a pandemia de Covid-19 e a suspensão dos trabalhos das comissões em 2020, pautas setoriais acabaram suspensas, mas a normalização de algumas atividades do Congresso este ano está fazendo com que, lentamente, algumas matérias voltem a tramitar. Entre as propostas criadas que tramitam no Senado e na Câmara, três projetos de lei merecem destaque: o PL 3.832/2019, do senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO), o PL 4.292/2019, do deputado Paulo Teixeira (PT-SP) e o PL 8.889/2017, também do deputado Paulo Teixeira. Este é o que tem maiores chances de evoluir. Fonte: TeleTime

Governo lança sistema de proteção de dados pessoais. O governo federal anunciou um "kit de ferramentas" para impedir a ameaça de invasão e acesso irregular aos dados pessoais inseridos nos sistemas, contratos e processos nos quais dados pessoais precisaram ser analisados. A inserção desses dados é comum e ocorre em várias circunstâncias. Por exemplo, quando se faz o check-in no aeroporto por meio do Embarque Seguro, por meio da prova de vida digital do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ou ao preencher o formulário de solicitação do auxílio emergencial. Fonte: Agência Brasil

Combinação do código do consumidor e LGPD vai melhorar relações de consumo. A Lei de Defesa do Consumidor, colocou em pauta além de seus regulamentos, alguns dispositivos da LGPD, naquilo que se refere a atuação das empresas nos itens referentes às políticas de privacidade, que devem estar muito claras para o cliente, em uma linguagem acessível, a fim de não impedir as atividades de marketing, vendas e de atendimento ao cliente e ao mesmo tempo garantir a satisfação e direitos dos consumidores. Para a Dra. Juliana Domingues, secretária nacional do Senacon – Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça, o olhar atento dos órgãos de defesa e apoio aos consumidores sempre estiveram voltados para as ações de proteção, educação e prevenção de danos. Fonte: Tiinside

Uso de IA aperfeiçoa a relação com os consumidores. Softwares de inteligência artificial, entre outros, são o ferramental disponível hoje para permitir às organizações traçar perfis de seu público alvo, incluindo seus desejos, necessidades e humor no momento do contato de forma automatizada, para criar um scorecard de fidelização e evitar o churn e o grau de sofisticação é tamanho que há tecnologias que possibilitam que as empresas entendam os insights que os dados geram, incluindo até as interações por voz. Esse foi o contexto do último painel do 15º Fórum TI INSIDE de Relacionamento e Atendimento ao Cliente, que aconteceu nos dias 30 e 31 de março, durante duas manhãs, no formato 100% on line. Fonte: Tiinside

Para conter alta nos alimentos, governo avalia baratear crédito para novas tecnologias no campo.

Diante da alta de preços de alimentos, o governo estuda medidas para reduzir o impacto de fatores externos sobre o preço dos alimentos, incluindo ações para diminuir a dependência de produtos comprados em dólar. O conjunto de iniciativas é planejado no momento em que o país ainda vive o impacto da inflação da comida, que gerou uma revisão para cima nas projeções do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e aumento da Selic, a taxa básica de juros do país. São exemplos de medidas em estudo linhas de crédito mais baratas para financiar novas tecnologias no campo. Também se discute formas de reduzir a dependência do Brasil por adubos e fertilizantes. Com o dólar mais alto, os elevados custos com a importação acabam repassados para os preços. No ano passado, preços de alimentos básicos acumularam alta por causa de fatores como a taxa de câmbio e a forte demanda internacional. Fonte: O Globo

Whatsapp Pay vai pressionar ganho dos bancos com tarifas de transferências, diz Moody's.

A autorização para funcionamento do Whatsapp Pay vai trazer pressão negativa para os ganhos dos bancos tradicionais com tarifas de transferências, avalia a Moody's. De acordo com relatório da agência de classificação de riscos, "dentro do arranjo de pagamento do Whatsapp, os usuários vão registrar seus cartões [de bandeiras] Visa e Mastercard com o Facebook Pay, permitindo fazer transferências entre indivíduos sem custo". O Banco Central (BC) brasileiro autorizou, em 30 de março, o Facebook, dono do Whatsapp, a oferecer aos clientes no país o novo serviço de pagamentos por meio da plataforma de mensagens e serviço de voz sobre IP, que estará ligado ao Facebook Pay. Apesar da liberação, a estreia do novo sistema ainda não foi divulgada. Fonte: Valor Econômico